

**TERRAS, PODER E CONQUISTA NO SERTÃO DE MARACÁS: JOAQUIM
NAGÔ, UM SUJEITO ATLÂNTICO. (1896-1954)**

Rafaella Gradil Peixoto Borges

UNEB - Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – DCH –
Campus V

Linha II: Estudos sobre Trajetórias de Populações Afro-brasileira

rafaellagrabil@gmail.com

RESUMO: A discussão do presente trabalho está inserida em um contexto de escravidão e pós-abolição no interior do sertão baiano, em uma localidade denominada de Maracás, com foco na trajetória de um africano. O recorte temporal está entre fins do século XIX e meados do XX, o qual foi determinado pelas fontes encontradas que marcam o percurso de vida do sujeito central desta pesquisa: Joaquim Ribeiro de Novaes. Considerando que são muitos os aspectos e sujeitos que permeiam os estudos sobre escravidão, esta pesquisa tem como intuito tratar de homens e mulheres cativos que experimentaram a mazela do cativo, com foco na trajetória de um africano conhecido como Joaquim Nagô.

Joaquim Ribeiro de Novaes, conhecido como Joaquim Nagô fora um africano que viera para ser escravizado no Brasil, passando parte de sua vida submetido a este sistema, vindo a experimentar a vida fora do contexto da escravidão e aos poucos se emancipar social e economicamente, tirando proveito do que mais gerava renda: gado, café e terra. Consolidou seu patrimônio em uma localidade do interior do sertão baiano que não gerava muitos lucros, conhecida como Maracás.

Assim, como diversas cidades do interior da Bahia, Maracás também foi alvo da colonização e do sistema escravista, tendo sido invadida com o intuito de combater os indígenas que viviam na localidade e dominar as terras. Em 1659 houve a primeira invasão, quando os bandeirantes portugueses subiram o rio Paraguaçu para combater os indígenas e fixarem residência dando início ao processo de povoamento da região. O principal aldeamento que existia na região nesse período era dos índios maracás, daí o nome atual do município, nome este que caracterizava também um utensílio de guerra em forma de cilindro cheio de pedras. Contudo, o desbravamento da região foi lento e de custosa vitória para os colonizadores.

Joaquim Nagô, foi um liberto que pôde ter a sua trajetória de vida analisada devido a esta nova historiografia da escravidão. Sujeito africano, trazido para terras desconhecidas, quem sabe ainda jovem. Retirado do seio de sua família. Talvez não tivesse nenhum registro que comprovasse quem eram seus pais, ou até mesmo nunca tivesse os conhecido, já que seu inventário traz a informação de que não sabia os nomes de seus pais. Também não contraíra nenhum laço matrimonial e nem deixara filho algum.

Tornou-se um homem influente, dono de muitas terras na região de Maracás. Tinha influência no meio político e religioso, tendo ligações com senadores e vigários da região. Findara sua vida no Brasil deixando uma quantidade de bens, terras, animais e produções agrícolas um tanto razoável para um liberto que tivera diversos obstáculos para impedi-lo de chegar aonde chegou.

Joaquim Nagô carregava o sobrenome Ribeiro de Novaes, oriundo de uma das famílias de maior destaque da região da qual pertencera em algum momento em que estava sob a condição de cativo. José Antonio Ribeiro de Novaes foi um dos pioneiros a se destacar nessa família. Tinha grande influência política, sendo intitulado como tenente-coronel, chegando a assumir o posto de 1º suplente do juiz municipal e de órfãos, bem como o posto de subdelegado

de Maracás. Comprara e vendera muitas terras, casas, benfeitorias, escravizados e também fizera algumas doações.

José Antonio Ribeiro de Novaes viera a falecer no ano de 1895, ano este em que não mais vigorava o regime escravista e por isso, pode-se constatar que o mesmo vivera a maior parte de sua vida num momento em que o uso da mão de obra escravizada era intenso, sendo ele um dos grandes proprietários que enriqueciam às custas desse grupo social, senão o de maior domínio, já que as gerações que vieram do mesmo José Antonio também construíram grandes riquezas na Maracás oitocentista. Seu filho Eusebio Ribeiro de Novaes e sua neta, filha do mesmo Eusebio, prosseguiram na continuidade de aumentar a riqueza dessa família ao longo dos anos.

É notória a formação de uma elite social, econômica e política na região de Maracás. A família Ribeiro de Novaes tivera forte domínio financeiro e boa parte dos seus integrantes possuíam títulos de coronéis, tenentes, capitães, demonstrando a influência que os mesmos tinham perante a sociedade maracaense. A discussão acerca da trajetória dessa família não é objetivo da análise, ainda que a documentação tenha muito a ser investigado. Constatamos, pois que a família Ribeiro de Novaes se caracterizou como uma elite regional.

Ademais a trajetória de vida de Joaquim é analisada de acordo com suas particularidades, considerando seu passado escravista, seus obstáculos e conquistas. As análises historiográficas que outrora se limitavam aos lugares sociais dos senhores de escravos e proprietários de terra agora cedem o espaço para que novas histórias sejam contadas, sob outras óticas e a partir de outros métodos.

Logo, para que seja possível um aprofundamento analítico acerca da vida desse sujeito, bem como os reflexos de suas ações mesmo após sua morte, é necessário ter um aparato de fontes que fundamentem esta discussão. A documentação a ser utilizada, portanto, para a análise desta trajetória conta com: livros de notas; registros de compra e venda de escravizados e de terras; inventários, testamentos, processos cíveis e certidão de óbito. Estas são as principais ferramentas para que seja possível traçar e problematizar as trajetórias destes sujeitos, em especial a de Joaquim Nagô.

A postura crítica e revolucionária de Marc Bloch, por exemplo, na historiografia abriu espaço para que histórias como a do ex-escravizado Joaquim Nagô sejam problematizadas. Com o advento dos Annales passou-se a valorizar produções voltadas para todas as atividades humanas. O homem integral, com seu corpo, sensibilidade e mentalidade ganha espaço nas

análises na medida em que objetos particulares são recortados dentro do contexto da história geral. Compreender o homem apenas na sociedade e no tempo seria mutilar a sua história¹.

Até que se alcançasse o recente período da historiografia, que começara com o advento dos Annales até o momento atual, muitos debates historiográficos se sucederam. Antes de 1980, a historiografia fora dividida em dois momentos: um no período de 1930 e outro do período de 1960 até 1970. Na década de 30, considerada o primeiro momento da historiografia da escravidão, o autor que mais se destacou foi o clássico Gilberto Freyre que trazia a ideia de uma escravidão mais amena que denuncia a violência senhorial, mas mantém a imagem de que as relações estabelecidas entre senhor e escravizado se davam de maneira harmoniosa. Freyre, portanto, é considerado como um autor que faz um relogio à colonização portuguesa, de maneira que o escravizado ocupa um lugar de passividade em que não há resistência ao sistema escravista.

Freyre percebe o Brasil em termos culturais e não raciais, uma vez que vê a miscigenação como fator positivo na colonização, acreditando poder acabar com o complexo de inferioridade da população negra brasileira. Sua análise considera as relações escravista um tanto quanto harmoniosas, desprovidas de conflitos diretos, bem como valoriza as raízes ibéricas, concluindo que este particularismo deve ser mantido por fazer parte da identidade nacional brasileira. O centro da argumentação de Freyre, é, por conseguinte, voltado para o encontro entre culturas diferentes e as características resultantes desse encontro.

Em vista disso, Freyre consegue harmonizar as contradições. E por assumir essa postura, fora muito criticado por diversos autores, entre eles José Carlos Reis que afirma que Freyre é otimista em relação ao passado e pessimista em relação ao futuro e que faz um relogio à colonização portuguesa e por isso se encaixa na categoria dos “Descobridores do Brasil”. Freyre é também criticado ao exaltar o brilhantismo da colonização, ao colocar o cativo como passivo, ao tratar da democracia racial voltada para a suavidade das relações, bem como por pontuar que houve ausência de luta de classes dentro do escravismo.

Contudo, apesar de Freyre enaltecer a colonização portuguesa ele critica os pilares da obra colonizatória e reconhece as mazelas sociais que são consequências da escravidão e que por isso deve ser enquadrado como “Redescobridor do Brasil”. Para Freyre a miscigenação

¹ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

forjou o tipo ideal do homem moderno para os trópicos e serviu como um fator que diminuía a distância social entre senhores e escravos. Dissocia o negro do escravo, afirmando que o negro foi deturpado pela escravidão e colocando-o como sujeito determinante para o desenvolvimento econômico da colônia. Enfatiza que o negro atuou como um vetor de civilização. Mas apesar de reconhecer o papel dos negros e dos índios, Freyre os coloca como sujeitos passivos e mecânicos. Todavia, em meio a todas estas e demais críticas, não se pode deixar de reconhecer o pioneirismo de Freyre na origem da historiografia brasileira da escravidão.

A década de 1960, considerada como o segundo momento da historiografia da escravidão, foi marcada pela atuação da escola paulista que colocava o escravizado como vítima. O interesse era voltado principalmente para a transição do escravismo para o capitalismo, isto é, a transição de uma sociedade estamental para uma sociedade de classes. Logo, o escravizado permanecia em um lugar social sem atuação, sem protagonismos, silenciados.

Surge então o terceiro momento da historiografia que se aprofunda no debate de temas específicos dentro do contexto geral da escravidão que por muito tempo foram postos de lado.

A nova historiografia apresenta discussões sobre variados aspectos do contexto escravista a partir de olhares diferentes daquilo que por muito tempo foi aceito. Os escravizados agora são colocados como sujeitos de transformação da instituição escravocrata. Aparecem como figuras que negociavam, conflitavam, reivindicavam, fugiam, enfim protagonizavam. Tinham visões próprias de liberdade e de diferentes formas resistiam ao poder senhorial. A fuga, o roubo, os assassinatos, os suicídios, as licenças para escravizar, as lutas por liberdades parciais, por liberdades dentro da escravidão eram maneiras de resistir ao sistema escravista. E este é o conceito de resistência abordado por Reis.

Os historiadores da escravidão costumam ver resistência apenas onde há oposição direta, mas Reis vê resistência de uma maneira mais ampla, de modo que consiga notar que até mesmo aquilo tido como forma de resistir, talvez não seja realmente uma resistência e sim uma ação de vontade própria do sujeito, uma vez que este é dotado de autonomia para aceitar ou rejeitar negociações. Sobre isso James Scott aponta que não existe ação possível sem uma pequena representação e que todas as relações de poder são marcadas pelos interesses dos envolvidos.

A maneira como os sujeitos sobrevivem quando estão no lugar de subordinação é sabendo jogar com a impressão e utilizando o silêncio como forma de suprimir suas indignações. E

omitir tais sentimentos representa a postura dos subordinados dentro de um transcrito oculto que só é revelado nos bastidores do transcrito público.

Scott traz estes dois conceitos para explicar como é formulado o contexto das relações de poder, mostrando que o transcrito público se refere ao discurso dos subordinados na presença do dominante enquanto o transcrito oculto se refere ao discurso dos subordinados nos bastidores, por detrás dos dominantes. E vice-versa.²

Uma prática bastante comum entre os escravizados era a utilização da dissimulação para alcançar, por exemplo, a alforria, principalmente se esta fosse condicional, pois sabiam que a qualquer momento poderia ser revogada e perder tal direito. Do mesmo modo, os senhores utilizavam do poder que tinham para tornar a alforria um instrumento de controle. Aqui cabe uma análise do transcrito oculto dos dominantes, uma vez que as palavras e ações expostas nos bastidores contradizem ou confirmam aquilo que fora dito e prometido no transcrito público, como é o caso da promessa de alforrias condicionais que por vezes eram descumpridas.

Lidar com o contexto de domínio senhorial e saber se posicionar de maneira que pudesse garantir o direito de sua liberdade não era algo fácil, uma vez que os cativos na condição de subordinados sabiam do poder que seus senhores possuíam para beneficiá-los ou prejudicá-los. Logo o jogo de interesses era algo comum nessas situações e a submissão era uma estratégia de mobilidade social para os cativos.

Roberto Guedes Ferreira complementa essa análise afirmando que não considera a alforria como engodo ou resistência e sim uma concessão senhorial que fora estimulada pela pressão dos escravos, pressão esta não entendida como resistência, pois trata-se de um terreno de poder moral dos senhores pautada em uma relação vertical de maneira desigual.³ Ferreira acrescenta ainda que

É certo que os escravos eram astutos para tentar persuadir seus senhores e barganhar com a sua dependência, mas a submissão também não era uma tentativa de estratégia dos escravos em direção a seus senhores, pois isto seria menosprezar a capacidade senhorial de percepção, ou seja, o que chamo aqui de submissão, na perspectiva dos escravos, implica no reconhecimento do poder senhorial e não na ausência de tensões e conflitos.⁴

² SCOTT, James C. **Por detrás da História Oficial**. In: *Domination and the Arts of Resistance*, 1990, p. 03.

³ FERREIRA, Roberto Guedes. **A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX)**. Afro-Ásia, 2007.

⁴ Idem, p. 07.

Isto significa que a nova historiografia, ilustrada com o posicionamento destes três autores aqui citados inaugura uma nova forma de analisar as relações de poder e suas complexidades, de modo que nem tudo seja entendido como resistência, mas como circunstâncias que requeriam negociações entre os sujeitos envolvidos. Não quer dizer, portanto, que as relações se davam de maneira harmoniosa como foram pautadas as análises da década de 1930, e sim que as relações se formulavam entre a negociação e o conflito, sem tirar a autonomia dos sujeitos envolvidos.

E não só a alforria, mas diversos outros elementos representaram a luta cotidiana dos escravizados. A escravidão de ganho é também mais uma maneira do escravizado demonstrar determinada independência dentro do sistema escravista. Com a escravidão de ganho o cativo podia se deslocar entre áreas rurais e urbanas e ajuntar algum dinheiro por meio das vendas de itens produzidos por eles próprios, apesar de ainda estarem vivendo em cativeiro.

A fuga era outra maneira que os cativos utilizavam para satisfazer seus interesses. Muitos deixavam-se roubar para serem vendidos a outros donos. Outros que não queriam ser vendidos para não ficarem longe dos familiares acabavam por assassinar seus senhores por eles não desistirem de vendê-los. Outros tomavam atitudes ainda mais drásticas se suicidando como forma de se livrar do sofrimento e de causar prejuízo econômico para seu senhor. Estas eram algumas das formas que os escravizados utilizavam para tentar driblar os obstáculos da escravidão.

Outra prática bastante comum entre os libertos era a obediência aos seus patronos quando se tratavam alforrias patrocinadas e aos seus ex-senhores. Isso ocorria, porque o risco de serem reescravizados era evidente e como forma de tentar evitar que isto ocorresse, os libertos procuravam manter boas relações para com seus antigos senhores mesmo após alcançarem sua liberdade. Porém essas relações, mais precisamente no pós-abolição, eram marcadas por muitos fatores complexos.

Existiam vários interesses por trás e os ex-cativos com certeza agiam destas formas para garantirem mobilidade social e se proteger principalmente, das autoridades policiais que volta e meia os perseguiram. Por outro lado, havia o interesse dos antigos senhores em manter um vínculo com seus ex-escravizados para negociar serviços, por exemplo. Logo, ser protegido era um prestígio e uma estratégia para se mobilizar entre os brancos e livres.

E os historiadores enquanto investigadores destas situações deve saber discernir passividade de estratégia, porque nem sempre o consentimento do subordinado significa a anulação de sua autonomia perante as circunstâncias. Sobre o contexto de busca pela liberdade, Ferreira afirma que

para quem vem do cativo, aceitar uma concessão de forma submissa é um primeiro passo de reinserção social pela via legal. Se os forros não ascendem a instituições de socialmente brancos, pouco importa. Numa sociedade em que a escravidão é a norma, e a desigualdade é o princípio básico, a alforria é o início da diferenciação social para os escravos. Ainda que nem sempre a desejassem, a ascensão social de escravos forros deve ser entendida, preferencialmente, no interior do grupo social de referência. [...] Destarte, a aceitação da concessão de forma submissa era uma atitude intencional, uma maneira de ascender na hierarquia social.⁵

Como aponta Ferreira, nem sempre a ascensão social era uma prioridade para os libertos, mas agir com aparente submissão era uma estratégia para facilitar o processo de emancipação social. Enriquecer, se destacar na sociedade do pós-abolição, adquirir muitas terras e bens talvez não fosse uma regra para os forros.

Quem sabe a maioria almejava muito mais o direito de ir e vir sabendo que não voltariam à vida de sofrimento do que pensava em ajuntar riquezas. Sabiam para além do mais, dos percalços que enfrentariam no processo de inserção social, das dificuldades até mesmo para conseguir algum emprego relacionado aos seus ofícios, dos preconceitos por serem negros libertos, das perseguições policiais e tantos outros obstáculos. A vida do negro forro não fora realmente fácil. Mas entre um percalço e outro, tinham aqueles que conseguiam driblar inúmeros entraves e conseguiam destaque social, chegando a ajuntar muitos bens ao ponto de inventariá-los, como ocorrera com Joaquim Nagô.

Essa análise acerca das transformações na historiografia brasileira da escravidão tem como intuito mostrar os avanços na forma de se produzir pontuando as mudanças acerca da visão do negro enquanto escravizado e pertencente a uma sociedade escravista marcada por peculiaridades que precisam ser discutidas de acordo com cada contexto local e regional.

Essas transformações mostram o espaço que se abriu para que novas mudanças historiográficas continuassem a surgir, como será pontuado logo adiante, e que procuraram apreender o escravo real em toda a complexidade do sistema que o oprimia, compreendendo as estratégias de resistência dos escravos e da dominação dos senhores e para além disso, buscou mostrar o cativo enquanto sujeito peculiar que trabalhava, festejava, comia, dormia, bebia,

⁵ FERREIRA, Roberto Guedes. Op. Cit, p. 07.

sonhava e planejava melhores condições de vida que só seria possível superando sua condição social inferior em um mundo que lhe era opressor e hostil.

Pesquisas como esta rompem com alguns paradigmas da historiografia e contribuem para

compreender o papel do liberto e das pessoas livres “de cor”, desde as estratégias desenvolvidas por senhores e cativos para possibilitar a alforria, à vida do liberto no pós-escravidão, em particular sua vida familiar e espiritual, sua mobilidade social e geográfica, sua pobreza ou prosperidade, e a trajetória de seus descendentes.⁶

Ao alcançarem suas liberdades, estes sujeitos precisavam buscar novos significados para suas vidas e criar estratégias de sobrevivência. O convívio com outros libertos e até mesmo com outros cativos permitiu que os mesmos conseguissem tecer uma rede de relações sociais e solidariedade que possibilitou aos poucos a conquista de autonomia nos espaços em que se inseriam. As relações horizontais entre os libertos, bem como, a formação de laços afetivos contribuíram para superar o sofrimento do jugo da escravidão e saírem da subordinação senhorial e principalmente, para se emanciparem economicamente.

Atingindo, por fim, esta posição na sociedade, é possível perceber por meio dos inventários, por exemplo, que ao falecerem a justiça procurava diversos meios para que os bens destes sujeitos, ajuntados com tanto empenho, fossem impedidos de serem passados para herdeiros seguintes e uma das formas era procurar investigar toda a vida da pessoa, e no caso dos africanos, desde sua vinda da África até o momento de sua morte, para saber se havia algum parentesco no Brasil ou se havia sido contraído algum laço matrimonial. Ou seja, alcançar a liberdade era apenas o primeiro passo, já que as dificuldades continuaram a persegui-los nos momentos em que buscavam autonomia e até mesmo na sucessão das suas posses.

Por fim, a nova historiografia da escravidão permitiu uma maior compreensão da história social da escravidão e gerou espaço para a percepção do escravo como protagonista de sua própria história⁷. Isso tem feito com que novas pesquisas se atenham à trajetórias individuais que trazem singularidades que complementam discussões gerais acerca de um determinado período histórico, afinal esta é uma das funções do historiador: conhecer a trajetória de diversos sujeitos inseridos em espaços e períodos distintos, por meio dos vestígios deixados.

⁶ REIS, João José; AZEVEDO, Elciene (Org). **Escravidão e suas sombras**. Salvador: Edufba, 2012, p. 9.

⁷ REIS, João José. Op. Cit, p. 21.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

FERREIRA, Roberto Guedes. **A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX)**. Afro-Ásia, 2007.

REIS, João José; AZEVEDO, Elciene (Org). **Escravidão e suas sombras**. Salvador: Edufba, 2012, p. 9.

SCOTT, James C. **Por detrás da História Oficial**. In: Domination and the Arts of Resistance, 1990, p. 03.

SCOTT, James C. **Por detrás da História Oficial**. In: Domination and the Arts of Resistance, 1990, p. 03.